

EUGÊNIO PACELLI  
ANDRÉ CALLEGARI

# MANUAL DE DIREITO PENAL

*Parte Geral*



**2ª edição**  
*revista e atualizada*



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 04.04.2016

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Pacelli, Eugênio

Manual de direito penal: parte geral / Eugênio Pacelli, André Callegari. – 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016.

ISBN 978-85-97-00587-5

1. Direito penal 2. Direito penal – Brasil. I. Callegari, André. II. Título.

15-01709

CDU-343

# SUMÁRIO

<b>TÍTULO I – FUNDAMENTOS .....</b>	<b>1</b>
<b>I O Direito Penal no Estado de Direito.....</b>	<b>3</b>
I Direito e Direito Penal .....	3
1 Considerações introdutórias.....	3
2 Positivismo e Direito Penal.....	6
II Direito Penal e Estado de Direito .....	9
III As bases para a interpretação do Direito Penal.....	12
1 A vinculação constitucional .....	12
2 Proporcionalidade e sua dupla face.....	14
IV A dogmática penal .....	17
<b>II Funções e Justificações do Direito Penal.....</b>	<b>21</b>
I Funções do Direito Penal e o bem jurídico .....	21
1 Funções da pena e funções do Direito Penal .....	21
2 O bem jurídico como objeto de proteção.....	23
3 Conceito e funções.....	25

4	Para além e/ou no entorno do bem jurídico .....	30
5	Evolução e síntese.....	32
II	Teorias da pena .....	35
1	Teorias retributivas .....	38
1.1	Considerações críticas .....	40
2	Teoria da expiação.....	43
3	Teorias preventivas .....	44
3.1	Teoria da união dialética, em Claus ROXIN .....	45
3.2	A concepção de Günther JAKOBS .....	46
3.3	Síntese crítica e a legislação nacional .....	49
4	As teorias que desconstroem a legitimidade da pena.....	52
5	As medidas de segurança.....	53
III	Balizamentos metodológicos .....	55
I	Sistemas penais.....	55
1	A importância do sistema na dogmática penal .....	55
1.1	Considerações iniciais .....	55
1.2	A construção e a necessidade do sistema jurídico.....	57
2	Sistemas penais.....	60
2.1	O sistema clássico ou causal: VON LISZT e BELING ....	60
2.2	O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo .....	62
2.3	O sistema da ação final de Hans WELZEL.....	64
2.4	O funcionalismo .....	66
2.4.1	Antecedentes e referências gerais .....	66
2.4.2	O funcionalismo penal .....	68
2.4.3	O sistema funcional teleológico de ROXIN ...	69
2.4.4	O modelo sistêmico de JAKOBS e também seu Direito penal do inimigo.....	71
2.4.5	Direito penal de velocidades?.....	75
3	Considerações conclusivas.....	77
IV	A estruturação dos princípios .....	87
I	Princípios/postulados fundamentais .....	87
1	A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal .....	87
2	Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral .....	90
2.1	A potencialidade lesiva (concreta) da conduta.....	92
3	O princípio da insignificância .....	93
4	O princípio da legalidade e a reserva legal.....	98
4.1	A proibição de analogia <i>in malam partem</i> .....	99



5	A irretroatividade da lei penal .....	100
6	Legalidade estrita e taxatividade.....	102
7	Princípio da legalidade e Medidas Provisórias .....	103
8	Princípio da dignidade humana .....	104
9	Princípio da responsabilidade pessoal .....	106
<b>TÍTULO II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO .....</b>		<b>109</b>
<b>V</b>	<b>As normas penais.....</b>	<b>111</b>
I	As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos .....	111
1	As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário .....	112
2	Normas penais não incriminadoras .....	116
3	Normas (ou leis?) penais em branco .....	117
4	Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais.....	122
5	Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes .....	127
<b>VI</b>	<b>Interpretação e aplicação .....</b>	<b>129</b>
I	A interpretação e o intérprete.....	129
II	A proibição do excesso e o Direito Penal.....	131
III	A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal ....	135
IV	A analogia em matéria penal.....	137
<b>VII</b>	<b>Leis penais no tempo.....</b>	<b>141</b>
I	Vigência, validade e eficácia.....	144
II	Irretroatividade e retroatividade da lei penal.....	147
1	Aplicação parcial de leis no tempo .....	148
2	Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo .....	151
III	A <i>abolitio criminis</i> .....	152
1	Retroatividade benéfica da jurisprudência.....	154
IV	Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade .....	155
V	<i>Vacatio legis</i> .....	157
VI	Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema .....	158
VII	O tempo do crime .....	162
VIII	Os prazos no Direito Penal .....	163
<b>VIII</b>	<b>Leis penais no espaço .....</b>	<b>165</b>
I	Lugar do crime .....	165
II	Territorialidade.....	166
III	Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares .....	168

IV	Imunidades materiais e imunidades processuais.....	169
1	Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo.....	172
V	A Extraterritorialidade.....	173
1	Princípios gerais.....	174
2	Extraterritorialidade incondicionada.....	176
3	Extraterritorialidade condicionada.....	178
VI	Pena cumprida no estrangeiro.....	180
VII	Extradição.....	181
VIII	Tribunal Penal Internacional.....	184
<b>TÍTULO III – TEORIA DO DELITO.....</b>		<b>189</b>
<b>IX</b>	<b>O conceito de crime.....</b>	<b>191</b>
I	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	194
II	Conceito de crime.....	194
1	Conceito formal.....	194
2	Conceito material.....	195
3	Conceito analítico ou dogmático.....	196
III	Definições importantes.....	196
1	Título do delito.....	196
2	Tipo penal.....	197
3	Bem jurídico.....	197
IV	Classificação das infrações penais.....	200
1	Crime e contravenção.....	200
2	Classificação doutrinária.....	201
2.1	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	201
2.2	Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria.....	201
2.3	Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade.....	202
2.4	Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes.....	203
2.5	Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão) ....	206
2.6	Crimes de dano e de perigo.....	207
2.7	Crime exaurido.....	209
2.8	Crimes simples e complexos.....	209
2.9	Crimes qualificados e privilegiados.....	210
2.10	Crimes progressivos e progressão criminoso.....	210

	2.11	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	211
	2.12	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	212
	2.13	Crime habitual.....	213
	2.14	Crimes uniofensivos e pluriofensivos.....	213
V		Os requisitos do fato punível.....	213
	1	Conduta.....	213
	2	Tipicidade.....	214
	3	Antijuridicidade.....	214
	4	Culpabilidade.....	215
VI		Da conduta.....	215
	1	Considerações gerais.....	215
	2	Teorias da ação.....	216
	2.1	Teoria causal da ação.....	216
	2.2	Teoria finalista da ação.....	218
	2.3	Teoria social da ação.....	219
	3	Formas de conduta.....	221
	3.1	Comissiva.....	221
	3.2	Omissiva.....	221
	3.2.1	Omissiva própria.....	222
	3.2.2	Omissiva imprópria ou comissiva por omis- são.....	222
	4	Da ausência de conduta.....	223
	5	A responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	224
	5.1	Introdução.....	224
	5.2	Culpabilidade da pessoa jurídica.....	226
	5.3	Dolo e culpa.....	228
	5.4	Aplicação da pena.....	228
	5.5	Direito brasileiro.....	229
VII		Da relação de causalidade.....	230
	1	Da conduta, do resultado e do nexa causal.....	230
	2	Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equiva- lência das condições ( <i>conditio sine qua non</i> ).....	232
	2.1	Concausas.....	233
	2.1.1	Causas absolutamente independentes em re- lação à conduta do sujeito.....	233
	2.1.2	Causas relativamente independentes em rela- ção à conduta do sujeito.....	234
	3	Causalidade e omissão própria.....	235
	4	Causalidade e omissão imprópria.....	235
	5	Teoria da causalidade adequada.....	237

VIII	Considerações sobre a teoria da imputação objetiva .....	238
1	Material de casos .....	239
2	Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva .....	241
2.1	Fórmula .....	241
2.2	Evolução .....	242
2.3	Interrogantes .....	242
3	Linhas básicas da teoria da imputação objetiva .....	243
3.1	Exposição.....	243
3.2	Imputação do comportamento .....	244
3.3	A imputação objetiva do resultado.....	254
4	Algumas conclusões .....	259
IX	Tipo e Tipicidade.....	260
1	Considerações iniciais.....	260
2	Distinções importantes.....	261
2.1	Tipo e tipicidade .....	261
2.2	Tipo legal e tipo de injusto .....	262
2.3	Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude .....	263
2.4	Tipicidade conglobante.....	263
3	Funções do tipo .....	264
4	Elementos do tipo.....	265
4.1	Objetivos .....	265
4.2	Subjetivos .....	266
5	Formas de adequação típica.....	266
6	Causas excludentes de tipicidade .....	267
6.1	Princípio da adequação social.....	267
6.2	Princípio da insignificância.....	268
X	Do dolo .....	269
1	Considerações iniciais.....	269
2	Elementos do dolo .....	270
2.1	Elemento intelectual.....	270
2.2	Elemento volitivo .....	270
3	Teorias do dolo.....	271
3.1	Teoria do consentimento ou da aprovação .....	271
3.2	Teoria do assentimento.....	271
3.3	Teoria do conhecimento .....	272
3.3.1	Teoria da representação.....	272
3.3.2	Teoria da probabilidade .....	272

4	Espécies de dolo .....	273
4.1	Dolo direto .....	273
4.1.1	Dolo direto de segundo grau .....	274
4.2	Dolo eventual .....	275
4.3	Preterdolo .....	275
5	Dolo e pena .....	276
XI	Da culpa .....	276
1	Considerações iniciais .....	276
2	Espécies .....	279
2.1	Culpa consciente .....	279
2.2	Culpa inconsciente .....	279
3	Formas de manifestação .....	280
3.1	Imprudência .....	280
3.2	Negligência .....	280
3.3	Imperícia .....	280
4	Observações finais .....	281
XII	A tentativa .....	281
1	O <i>iter criminis</i> , ou também denominado caminho do crime ....	281
2	Teorias sobre o início da execução. Considerações .....	283
2.1	Teoria formal-objetiva .....	283
2.2	Teoria objetivo-material .....	284
2.3	Teoria objetivo-subjetiva .....	284
3	Teorias sobre a punibilidade da tentativa .....	286
3.1	Teoria objetiva .....	286
3.2	Teoria subjetiva .....	286
3.3	Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão .....	287
4	Elementos da tentativa .....	287
5	Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta .....	288
5.1	Tentativa inacabada ou imperfeita .....	288
5.2	Tentativa acabada, perfeita ou crime falho .....	288
5.3	Tentativa cruenta e tentativa incruenta .....	288
6	Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa .....	289
6.1	Crimes culposos .....	289
6.2	Crimes preterdolosos .....	290
6.3	Crimes unissubsistentes .....	290
6.4	Crimes omissivos puros .....	291
6.5	Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio .....	291

7	O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17.....	293
7.1	Teorias .....	296
XIII	Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	298
1	Introdução.....	298
2	Desistência voluntária .....	299
3	Voluntariedade da desistência .....	300
4	Consequências da desistência voluntária .....	301
5	Arrependimento eficaz.....	301
6	Consequências do arrependimento eficaz .....	302
7	Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade? .....	302
8	Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz .....	303
9	Arrependimento posterior – art. 16, CP .....	303
10	Requisitos .....	304
XIV	Erro de tipo .....	304
1	Introdução e conceito – art. 20, CP .....	304
2	Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental.....	306
3	Descriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP .....	307
4	Erro provocado por terceiro. Art. 20, § 2º, CP.....	308
5	Erro acidental.....	309
6	Erro sobre objeto – <i>error in objecto</i> .....	309
7	Erro sobre pessoa – <i>error in persona</i> .....	310
8	Erro na execução – <i>aberratio ictus</i> .....	310
9	Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i> .....	311
XV	Antijuridicidade .....	312
1	Antijuridicidade e injusto .....	313
2	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	314
3	Estado de necessidade .....	315
3.1	Conceito .....	315
3.2	Requisitos do estado de necessidade.....	316
3.3	Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo .....	321
XVI	Legítima defesa .....	321
1	Agressão (atual ou iminente) injusta .....	322
1.1	Direito próprio ou alheio.....	325
1.2	Utilização moderada dos meios necessários.....	326
1.3	Consciência da situação justificante (elemento subjetivo).....	329

XVII	Estrito cumprimento do dever legal .....	330
1	Exercício regular do direito .....	331
2	Intervenções médicas e cirúrgicas .....	333
3	Violência esportiva.....	333
4	Ofendículos.....	334
5	Consentimento do ofendido .....	334
6	Causas justas, supraleais? .....	335
XVIII	Culpabilidade .....	337
1	Conceito.....	337
2	Teorias da culpabilidade.....	338
2.1	Concepção psicológica da culpabilidade.....	338
2.1.1	Críticas .....	339
2.2	Concepção normativa da culpabilidade .....	340
2.3	Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo .....	341
3	Elementos da culpabilidade .....	343
3.1	Imputabilidade .....	343
3.1.1	Conceito de imputabilidade .....	343
3.1.2	Causas de exclusão da imputabilidade.....	343
3.1.3	Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade.....	343
3.1.4	Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	344
3.1.5	Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade.....	345
3.1.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade.....	345
3.2	Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP.....	346
3.3	Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.....	346
3.3.1	Conceito .....	346
3.3.2	Fases da embriaguez .....	347
3.3.3	Divisão da embriaguez .....	347
3.3.4	Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez acidental .....	348
3.3.5	Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez acidental .....	348
3.4	<i>Actio libera in causa</i> – (ação livre na causa) .....	348
3.4.1	Explicação .....	348

3.5	Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP.....	349
3.5.1	Erro e desconhecimento da lei .....	350
3.5.2	Erro de proibição direto e erro de proibição indireto.....	350
3.5.3	Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável.....	351
3.5.4	Descriminantes putativas.....	352
3.6	Inexigibilidade de conduta diversa .....	352
3.6.1	Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa .....	354
3.6.2	Coação moral irresistível.....	354
3.6.3	Obediência hierárquica .....	355
XIX	Concurso de pessoas.....	356
1	Introdução.....	356
2	Autoria. Teorias e conceito de autor .....	356
2.1	Conceito unitário de autor .....	356
2.2	Conceito restritivo de autor .....	357
2.3	Teoria objetivo-formal .....	357
2.4	Teoria objetivo-material.....	358
2.5	Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação.....	358
2.6	Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva.....	359
3	Coautoria .....	360
3.1	Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas .....	361
3.1.1	O organizador.....	361
3.1.2	O que subjugou a vítima .....	362
3.1.3	O motorista .....	362
4	Autoria mediata .....	363
5	Participação e teorias .....	365
5.1	Teoria da acessoriedade máxima .....	366
5.2	Teoria da acessoriedade mínima.....	366
5.3	Teoria da acessoriedade limitada .....	366
5.3.1	Espécies de participação.....	367
5.3.2	Instigação .....	367
5.3.3	Cumplicidade ou auxílio .....	368
6	Autoria, participação e delito culposos .....	368



7	Autoria e participação nos delitos omissivos.....	370
7.1	Autoria colateral .....	371
8	Teorias.....	372
8.1	Monística ou unitária .....	372
8.2	Dualística.....	372
8.3	Pluralística.....	373
9	Requisitos do concurso de pessoas.....	373
9.1	Pluralidade de condutas .....	373
9.2	Relevância causal das condutas .....	374
9.3	Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes.....	374
9.4	Identidade de infração .....	374
10	Cooperação dolosamente distinta.....	375
11	Participação de menor importância .....	376
12	Participação impunível.....	376
13	Circunstâncias incomunicáveis – art. 30, CP.....	376
13.1	Circunstâncias objetivas .....	377
13.2	Circunstâncias subjetivas .....	377
13.3	Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime....	378
14	Participação e arrependimento .....	378
15	Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal .....	379
15.1	Colocação do problema .....	379
15.2	Delitos especiais próprios e impróprios .....	380
15.3	Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de ROXIN.....	381
15.4	A coautoría nos delitos de infração de dever.....	382
15.5	Autoria mediata nos delitos de infração de dever .....	385
15.5.1	Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente .....	385
16	Conclusão .....	387
16.1	Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria.....	388
<b>X</b>	<b>Do concurso de crimes .....</b>	<b>393</b>
I	Notas introdutórias.....	393
II	Unidade e pluralidade de ações .....	394
III	O concurso material (ou real).....	396
IV	O concurso formal (ou ideal).....	399

V	O crime continuado .....	403
1	Classificações e definições conceituais .....	403
2	Os critérios objetivos do <i>caput</i> do art. 70, CP .....	408
2.1	Crimes da mesma espécie .....	408
2.2	As condições de espaço, tempo e meios de execução.....	410
2.3	Outras condições semelhantes .....	410
3	Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos .....	411
4	Crimes culposos .....	413
5	Lei nova e crime continuado.....	413
6	Aplicação da pena e prescrição .....	414
XI	O concurso aparente de normas.....	415
I	Introdução .....	415
1	A especialidade .....	418
2	A subsidiariedade .....	419
3	A consunção.....	421
4	Considerações finais .....	426
	<b>TÍTULO IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME.....</b>	<b>431</b>
XII	Política criminal e a pena pública.....	433
I	De passagem pelos modelos de política criminal .....	433
1	Breve retrospectiva histórica.....	433
1.1	Teoria das janelas partidas (quebradas) e Tolerância Zero .....	438
2	Considerações gerais .....	440
II	O sistema penal brasileiro .....	445
III	Revisitando a pena pública .....	449
1	Apontamentos .....	449
2	Funções e teorias legitimadoras da pena .....	452
IV	Das espécies de pena .....	457
1	Da pena privativa da liberdade .....	458
1.1	Pena de reclusão, de detenção e prisão simples .....	458
1.2	O regime fechado .....	463
1.3	O regime semiaberto .....	464
1.4	O regime aberto.....	465
1.5	Direitos do preso.....	468
1.6	Da detração.....	469

2	Das penas restritivas de direito .....	471
2.1	Considerações gerais e introdutórias .....	472
2.2	Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP) .....	475
2.3	Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP) .....	476
2.4	Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP) .....	477
2.5	Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP) .....	478
2.6	Da limitação de fim de semana .....	479
3	Da pena de multa.....	480
V	Aplicação da pena .....	482
VI	Da sua individualização .....	482
1	Considerações gerais .....	482
2	A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos.....	484
3	Fixação da pena, o pedido e o contraditório .....	487
VII	A dosimetria da pena: o método trifásico .....	489
1	O cálculo da pena.....	489
2	A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais.....	489
3	Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes .....	497
3.1	Circunstâncias agravantes .....	501
3.2	Circunstâncias atenuantes.....	504
4	Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição .....	506
5	Limite máximo e unificação da pena .....	507
6	O concurso de crimes .....	509
6.1	Concurso material (ou real) .....	511
6.2	Concurso formal (ou ideal) .....	513
6.3	Crime continuado.....	515
7	<i>Aberratio ictus</i> ou erro na execução .....	516
8	Resultado diverso do pretendido .....	518
9	Outros efeitos da condenação.....	518
9.1	Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação) .....	519
9.2	Efeitos não penais específicos (para determinados crimes).....	520
9.2.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	520
9.2.2	Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP .....	525
9.3	A necessidade de decisão expressa.....	525

VIII	Da suspensão condicional da pena ( <i>sursis</i> ) .....	526
1	A suspensão ( <i>sursis</i> ) a substituição da pena privativa da liberdade .....	527
2	Natureza jurídica? .....	529
3	Pluralidade de classificações do <i>sursis</i> .....	530
4	Revogação do <i>sursis</i> .....	531
5	Prorrogação .....	531
IX	Do livramento condicional .....	532
1	Livramento e execução da pena: cabimento .....	533
2	Natureza jurídica do livramento condicional? .....	535
3	Revogação .....	535
X	Da reabilitação .....	536
XI	Da transação penal .....	537
XII	Da suspensão condicional do processo .....	543
<b>TÍTULO V – DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EXTINÇÃO</b> .....		547
XIII	Da ação penal .....	549
I	Ação penal condenatória e a transação penal .....	549
II	A pretensão punitiva e o conteúdo do processo .....	553
III	Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade .....	555
1	Ação penal pública .....	556
2	Ação penal privada .....	560
3	Ação penal (privada?) subsidiária da pública .....	563
XIV	Da extinção da punibilidade .....	565
I	Considerações gerais .....	565
II	Fatos extintivos da punibilidade .....	568
1	(I) – Pela morte do agente .....	568
2	(II) – Pela anistia, graça ou indulto .....	569
2.1	Anistia .....	569
2.2	Graça .....	572
2.3	Indulto .....	574
3	(III) – Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso ( <i>abolitio criminis</i> ) .....	575
4	(IV) – Pela prescrição, decadência ou preempção .....	575
4a	Prescrição .....	576
4a.1	A prescrição: conceito e fundamentos .....	576
4a.2	Pretensão punitiva e pretensão executória .....	578

4a.3	Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato.....	579
4a.4	Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente .....	580
4a.5	Prescrição após o trânsito em julgado.....	582
4a.6	Prescrição retroativa e prescrição superveniente .....	585
4a.7	Prescrição em perspectiva e interesse de agir .....	587
4a.8	Cômputo e contagem dos prazos prescricionais .....	589
4a.8.1	Regras gerais .....	589
4a.8.2	Crimes contra a dignidade sexual de menores.....	591
4a.8.3	Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, concurso material e formal de delitos.....	596
4a.8.4	No trânsito em julgado .....	599
4a.9	Redução do prazo prescricional.....	606
4a.10	Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição.....	609
4a.10.1	Causas impeditivas.....	610
4a.10.2	Interrupção da prescrição.....	611
4a.10.3	Suspensão da prescrição.....	625
4a.10.4	Imprescritibilidade .....	629
4a.10.5	Outras questões .....	630
4b	A decadência.....	634
4c	A perempção.....	637
5	Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.....	639
6	Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.....	641
7	Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei .....	644
8	Outras hipóteses de extinção da punibilidade.....	646
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>651</b>